

**CAFÉ, TERRA E TRABALHO NO MUNICÍPIO DE
NEPOMUCENO-MG**

COFFEE, LAND AND WORK IN NEPOMUCENO-MG

**CAFÉ, TIERRA Y TRABAJO EN EL MUNICIPIO DE
NEPOMUCENO-MG**

Fábio Luiz Tezini Crocco¹
crocco@ita.br

Lucas Guedes Vilas Boas²
lucasguedes@nepomuceno.cefetmg.br

Gianni Tonelli³
giannitonelli20@gmail.com

Victor Hugo Mendes Siqueira Marques⁴
victorbugoprofissional1@gmail.com

RESUMO: Este trabalho analisa questões concernentes à terra e ao trabalho na produção cafeeira no município de Nepomuceno-MG. Localizado na mesorregião Campo das Vertentes de Minas Gerais e com economia assentada no setor agropecuário, o município se destaca produtivamente pela cafeicultura e pelo setor granjeiro. A centralidade das atividades rurais e, principalmente, da cafeicultura, motivou diversas investigações pautadas em análises bibliográficas e pesquisas de campo entre os anos de 2015 e 2016. Este trabalho sintetiza algumas das questões analisadas nesse percurso investigativo e dá ênfase a três aspectos: (1) a questão agrária, (2) o trabalho na colheita de café e (3) a interface trabalho e saúde. Essas questões são debatidas a partir de uma perspectiva crítica a fim de apresentar e problematizar as contradições socioeconômicas e laborais presentes no município de Nepomuceno-MG.

PALAVRAS-CHAVE: Trabalho. Questão Agrária. Rural. Café. Saúde.

ABSTRACT: This paper analyzes issues related to land and work in coffee production in the municipality of Nepomuceno-MG. Located in the mesoregion of Campo das Vertentes de Minas Gerais and with economy based on the agricultural sector, the municipality stands out productively by the coffee industry and by the poultry farming. The centrality of rural activities mainly because of coffee cultivation motivated several investigations based on bibliographic analyzes and field research between 2015 and 2016. This study summarizes some of the issues analyzed in this research and emphasizes three aspects: (1) The agrarian question, (2) the work in harvesting coffee, and (3) interface between work and health. These issues are debated from a critical perspective in

¹ Professor do Instituto Tecnológico de Aeronáutica (ITA).

² Professor do Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais (CEFET-MG), Campus IX, Nepomuceno-MG, Brasil.

³ Discente do Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais (CEFET-MG), Campus IX, Nepomuceno-MG, Brasil. Bolsista de PIBIC-JR (2016).

⁴ Discente do Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais (CEFET-MG), Campus IX, Nepomuceno-MG, Brasil. Bolsista de PIBIC-JR (2016).

order to present and problematize the socioeconomic and labor contradictions present in the municipality of Nepomuceno-MG.

KEYWORDS: Work. Agrarian Question. Rural. Coffee. Health.

RESUMEN: Este trabajo analiza cuestiones concernientes a la tierra y al trabajo en la producción cafetera en el municipio de Nepomuceno-MG. Ubicado en la mesorregión Campo das Vertentes de Minas Gerais y con economía asentada en el sector agropecuario, el municipio se destaca productivamente por la cafeicultura y por el sector granjero. La centralidad de las actividades rurales y, principalmente, de la cafeicultura, motivó diversas investigaciones basadas en revisiones bibliográficas y estudios de campo entre los años 2015 y 2016. Este artículo sintetiza algunas de las cuestiones examinadas en este camino investigativo y da énfasis a tres aspectos: (1) la cuestión agraria, (2) el trabajo en la cosecha de café y (3) la interfaz trabajo y salud. Estas cuestiones son discutidas a partir de una perspectiva crítica a fin de presentar y problematizar las contradicciones socioeconómicas y laborales presentes en el municipio de Nepomuceno-MG.

PALABRAS CLAVE: Trabajo. Cuestión Agraria. Rural. Café. Salud.

INTRODUÇÃO

Desde o período colonial a atividade cafeeira é importante para a economia do país e até os dias atuais o Brasil ocupa posição de destaque como maior produtor e exportador de café do mundo (FREIRE et al., 2012; RIBEIRO, 2014). Conforme os dados apresentados pela CONAB (2015, p. 3-4), em 2014 o Brasil produziu mais de 45,3 milhões de sacas beneficiadas, (32,3 milhões de café arábica e 13,0 milhões de conilon), e, além disso, a produção de 2014 representou 32,16% da produção mundial. Segundo relatório de agosto de 2015 da Organização Internacional do Café (2015, p. 3), apesar de a produção do ano-safra de 2014/15 (abril a março) ter sido a menor dos últimos três anos, ela atingiu a marca de 45,3 milhões de sacas e as exportações bateram o recorde com 36,9 milhões de sacas.

A atividade cafeeira é responsável por um dos mais robustos complexos agroindustriais do Brasil e o café caracteriza-se como importante *commodity* no mercado internacional. O amplo segmento cafeeiro, “composto por fornecedores de insumos, máquinas e equipamentos, produtores primários, cooperativas, empresas de processamento, exportadores, empacotadores, empresas de assistência técnica, compradores internacionais, corretoras e consumidores” (FREIRE et al., 2012, p. 61), demonstra sua importância econômica. Segundo dados da CONAB, até agosto de 2015 a área destinada à produção cafeeira no Brasil foi de 1,942 milhão de hectares. Minas Gerais concentra a maior área de produção, com 50,2% (975,27 mil hectares), onde há o

predomínio da espécie arábica. O Estado do Espírito Santo ocupa a segunda posição com 309.48 hectares e com o predomínio da espécie conilon (CONAB, 2015, p. 5). Nesse sentido, a Figura 1 apresenta a produção cafeeira por município no país, com destaque para Minas e Espírito Santo.

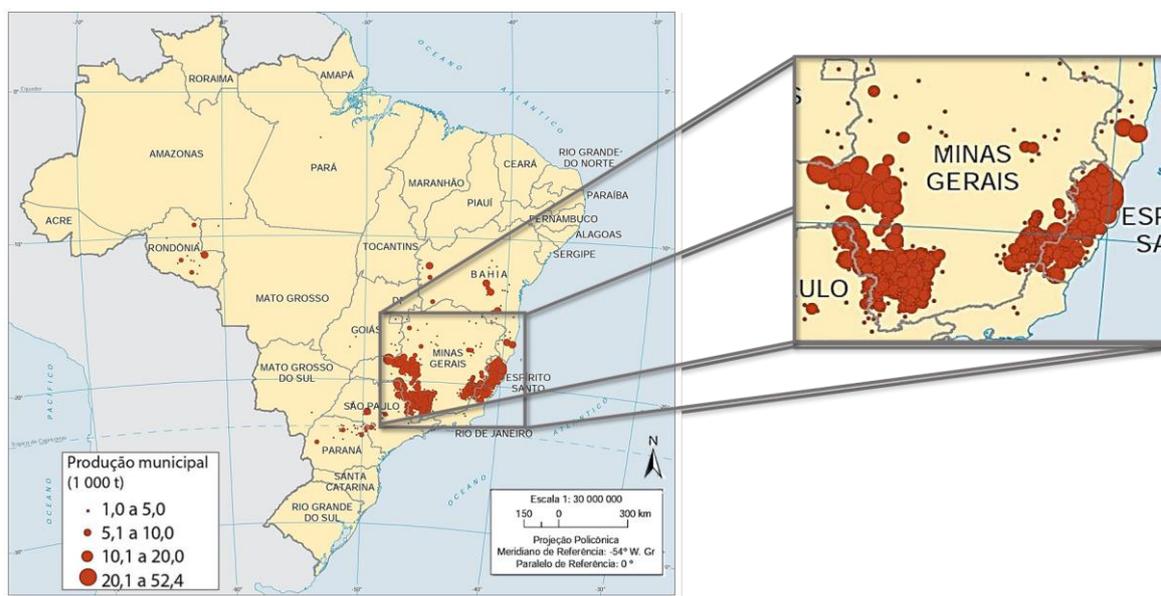


Figura 1: Mapa da produção cafeeira (em toneladas) por município em 2013

Fonte: adaptado de IBGE, 2013. In:

http://atlascolar.ibge.gov.br/images/atlas/mapas_brasil/brasil_cafe.pdf

A produção cafeeira do estado de Minas Gerais está presente em mais de 500 dos 853 municípios mineiros e está dividida predominantemente em quatro grandes regiões: Sul de Minas, que engloba também o Centro-Oeste de Minas com 45% da produção total estadual; Zona da Mata, que engloba também as Regiões Central e Rio Doce com 31%; Cerrado Mineiro, que envolve as Regiões do Alto Paranaíba, Noroeste e Triângulo Mineiro, com 21%; Norte de Minas e Jequitinhonha/Mucuri, com 3% da produção estadual (CONAB, 2015).

Em 2014 o café somou R\$ 9,8 bilhões ao PIB do agronegócio mineiro o que representou 6,5% de suas receitas (MINAS GERAIS, 2014, p. 21). Apesar de a porcentagem ser aparentemente pequena, em comparação à somatória do agronegócio do estado, dados de 2014, apresentados pela Secretaria de Produção e Agroenergia⁵,

⁵ Mais detalhes ver: < <http://www.brasil.gov.br/economia-e-emprego/2014/06/funcafe-libera-r-800-mil-para-cafeicultura-em-mg>> acesso em 17 de agosto/2017.

demonstram que Minas Gerais responde por 53,89% da produção brasileira de café e promove quatro milhões de empregos diretos e indiretos, localizados especialmente na colheita e nos cuidados com a produção. Esses dados revelam, não apenas, a importância econômica, mas também, o fato da cafeicultura proporcionar emprego e renda à população.

O Sindicato da Indústria de Café do Estado de Minas Gerais aponta algumas singularidades da produção cafeeira na mesorregião Campo das Vertentes. Dentre elas, que essa área do Estado possui altitudes entre 850m e 1.250m, onde há a produção predominante de café arábica há mais de um século. Além disso, afirma que mais de 70% das propriedades produtoras de café são de pequeno porte e a maior parte restante de porte médio, apesar de algumas das maiores fazendas do Brasil estarem localizadas nessa região. Há o predomínio do sistema semimecanizado, com a atuação mista de maquinário e do trabalho manual. O sistema mecanizado ocorre nas áreas mais planas e nas mais acidentadas há o plantio adensado com o predomínio do cultivo e da colheita manual. Conforme aponta o Sindicato, embora a produção rural se baseie na diversificação agrícola, o cultivo do café representa a maior parte da renda do produtor dessa região. Além disso, afirma que aproximadamente 300 mil pessoas moram em fazendas cafeeiras, o que representa cerca da metade da mão de obra e a outra metade empregada reside nas pequenas cidades da região (SINDICATO DA INDÚSTRIA DE CAFÉ DO ESTADO DE MINAS GERAIS, 2017).

Desde o início do século XX, a cafeicultura é a principal atividade econômica do município, o qual se situa há alguns anos entre os maiores produtores nacionais da rubiácea (PREFEITURA MUNICIPAL DE NEPOMUCENO, 1918; NAÇÃO BRASILEIRA, 1925). Parcela expressiva do Produto Interno Bruto (PIB) municipal é oriunda do setor cafeeiro, cuja distribuição da produção é dominada pelas cooperativas atuantes em Nepomuceno (VILAS BOAS, 2016a). No período da colheita, muitos trabalhadores locais e migrantes se ocupam da função temporária de apanhadores⁶ de café.

Ademais, há predomínio de minifúndios no município, cuja dimensão é inferior ou igual a um módulo fiscal. Em Nepomuceno, o valor do módulo fiscal é de vinte e seis hectares (VILAS BOAS, 2017). Diversos insumos oriundos da Revolução Verde estão

⁶ Diversos vocábulos são utilizados pelos cafeicultores nepomucenenses com significado equivalente, como safristas, diaristas, entre outros.

presentes na agricultura municipal, destacando-se o intenso uso de agrotóxicos, fertilizantes químicos e sementes transgênicas. Apesar das adversidades impostas pela declividade acentuada das terras nepomucenenses, a mecanização agrícola promoveu transformações na agricultura municipal, ocasionando o aumento da produtividade agrícola e a redução de postos de trabalho. A ótima localização do município e a elevada fertilidade natural de seus solos possibilitam a extração de renda da terra diferencial I (VILAS BOAS, 2016b).

Dada sua centralidade, o estudo da questão agrária, da produção cafeeira e de sua organização sócio-laboral torna-se fundamental, pois suas singularidades influenciam o regime de oferta de empregos e outros setores econômicos, como os serviços e a indústria, além de definir as características populacionais e culturais da região.

O município de Nepomuceno situa-se na mesorregião Campo das Vertentes (Figura 2). Sua população é de aproximadamente vinte e sete mil habitantes e sua economia está assentada sobre o setor agropecuário, especialmente na cafeicultura e no setor granjeiro (IBGE, 2011).

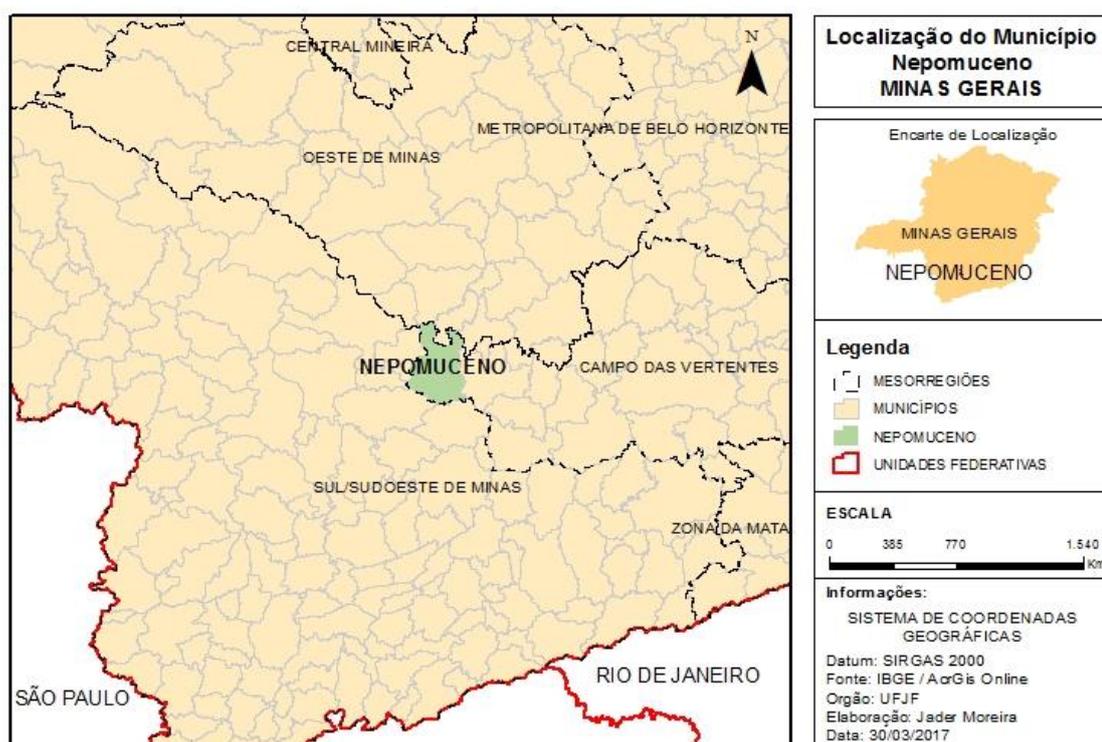


Figura 2: Mapa de localização de Nepomuceno na mesorregião Campo das Vertentes

Fonte: IBGE/ArcGIS Online.

Autor: MOREIRA, Jader.

Apesar dessa importância, poucos pesquisadores preocuparam-se em investigar as características da questão agrária e as condições de trabalho no setor cafeeiro. O fato de haverem poucos estudos sobre a questão agrária e o trabalho rural na colheita do café (a citar NOVAES, 2011; RIBEIRO, 2014) e, especificamente, nenhum sobre a região do município de Nepomuceno, instigou esta investigação. Os estudos existentes sobre o assunto nas regiões próximas demonstram dados alarmantes diante das condições de trabalho enfrentados pelos apanhadores de café.

Portanto, o presente trabalho de pesquisa, inserido nas investigações do Grupo de Pesquisa *Trabalho, Cultura e Materialidade* do CEFET-MG e apoiado pelo PIBIC-JR, FAPEMIG, CNPq e CEFET-MG, visa analisar as condições e contradições da questão agrária e do trabalho dos apanhadores de café na região de Nepomuceno-MG.

Para atender a esse objetivo, o estudo empregou a pesquisa bibliográfica e a revisão literária como arcabouço teórico-metodológico para o trabalho de campo efetivado (OLIVEIRA, 2012). O trabalho de campo foi concretizado durante os anos de 2015 e 2016. Neste sentido, Lacoste (2006) salienta que a pesquisa de campo precisa de um tempo mínimo de realização e que a articulação entre teoria e empiria é fundamental para as pesquisas científicas que empreguem o trabalho de campo como procedimento metodológico.

Além disso, foram realizadas entrevistas semiestruturadas e diálogos não estruturados com quarenta agricultores familiares, vinte apanhadores de café, sindicatos, cooperativas cafeeiras e agentes de saúde do município. Nas entrevistas semiestruturadas, há um conjunto de pontos centrais, agrupados em um roteiro, os quais orientam as perguntas realizadas. Contudo, os questionamentos não são estanques e a ordem das questões não necessita ser igual à planejada (TRIVIÑOS, 1995).

O CAFÉ E A QUESTÃO AGRÁRIA EM NEPOMUCENO-MG

Nos últimos decênios do período oitocentista, a cafeicultura se tornou uma das principais atividades econômicas do sul de Minas Gerais, em virtude da expansão dos cafezais paulistas em direção a terras sul-mineiras. Posteriormente, a rubiácea foi levada das localidades mais altas da região, situadas nas Serras do Mar e da Mantiqueira, para

municípios como Nepomuceno, cuja altitude e médias térmicas anuais são ideais ao cultivo do café. O desenvolvimento do transporte ferroviário no final do século XIX e no início dos novecentos beneficiou a cafeicultura regional, pois facilitou o escoamento da produção cafeeira até os portos de Santos e do Rio de Janeiro (DELFIM NETTO, 2009).

De acordo com um documento publicado pela Prefeitura Municipal de Nepomuceno (1918), no ano de 1918, o cultivo de café, cana de açúcar e cereais, além da indústria pastoril, eram as principais atividades econômicas do município. À época, a produção de cachaça rivalizava com a cafeicultura no topo da economia local e a maioria dos víveres lavrados era direcionada ao autoconsumo e ao abastecimento do mercado interno. Entretanto, no início do século XX, a chegada de imigrantes italianos em terras nepomucenenses consolidou o potencial cafeeiro do município, em detrimento das lavouras canavieiras, uma vez que a maioria dos trabalhadores estrangeiros que desembarcavam em Nepomuceno teve contato anterior com a cafeicultura no estado de São Paulo. O desenvolvimento das lavouras cafeeiras em solo nepomucenense reverberou em desmatamento da vegetação nativa municipal, causando inúmeros danos ambientais (VILAS BOAS, 2016a).

Durante o mandato de Getúlio Vargas, diversas medidas keynesianas foram efetuadas, como a criação do Instituto Brasileiro do Café (IBC) em 1952, órgão responsável pelo controle da produção e da venda da rubiácea nacional. Até 1990, ano de sua extinção, o IBC investiu maciçamente na cafeicultura sul-mineira, por intermédio dos Planos de Renovação e Revigoração dos Cafezais (PRRCs), estimulando a modernização da produção cafeeira regional, através do uso de insumos químicos e máquinas agrícolas (WATSON; ACHINELLI, 2008; DELFIM NETTO, 2009). Neste ínterim, a cafeicultura nepomucenense, com o apoio estatal, aderiu às técnicas decorrentes da Revolução Verde e da Modernização Agrícola.

Com o fim do IBC, as cooperativas privadas assumiram o papel de subsidiar a produção cafeeira nos municípios sul-mineiros a partir do decênio de 1990 (COULIS, 2011). Neste cenário, estas empresas atualmente fornecem assistência técnica e comercializam diversos insumos agrícolas aos produtores da região, além de monopolizarem a aquisição do café produzido no sul de Minas Gerais e em Nepomuceno.

Hodiernamente, a economia do município de Nepomuceno está assentada sobre a agricultura, principalmente a produção cafeeira, a qual é responsável por aproximadamente

70% do PIB municipal. Segundo informações divulgadas pelo IBGE (2013), no ano de 2013, Nepomuceno era o sétimo maior produtor de café do país, com um total de 26.838 toneladas colhidas. Todavia, a produção municipal foi superior aos dados fornecidos pelo IBGE, visto que muitos produtores revelaram a omissão de parte da produção aos órgãos oficiais, visando a redução dos impostos pagos.

No município de Nepomuceno, também se sobressaem a produção de milho e feijão, cultivados principalmente para a subsistência, com uma pequena parcela da colheita sendo comercializada com empreendimentos da cidade e de municípios circunvizinhos. Em algumas propriedades rurais, os grãos são plantados em consórcio de culturas com o café. A produção de leite é expressiva, com sua produção sendo direcionada às cooperativas Cocatrel e Capebe ou à empresa Lulitati, atuante no setor de laticínios.

Em consonância ao cadastro de imóveis rurais no INCRA (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária), em 2015 Nepomuceno possuía 2272 minifúndios, 494 pequenas propriedades rurais, 94 médios imóveis rurais e 5 grandes propriedades rurais. Portanto, os minifúndios e as pequenas propriedades rurais são predominantes no município, tanto no número total de imóveis, quanto na área ocupada.

De acordo com dados da Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário, órgão vinculado ao Ministério do Desenvolvimento Agrário, Nepomuceno possui, segundo a Declaração de Aptidão ao PRONAF (DAP), 591 agricultores familiares com DAPs ativas. Destes, 477 são proprietários, 87 arrendatários, 10 comodatários, oito pescadores, quatro beneficiários do Programa Nacional de Crédito Fundiário (PNCF), três parceiros, um proprietário e arrendatário e um se encontra sob outra condição (MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO, 2017).

As informações elencadas evidenciam que os arrendamentos são uma prática frequente na conjuntura agrária nepomucenense. Entretanto, é possível que a quantidade de arrendatários no município seja maior do que o número informado pelo Extrato DAP, uma vez que diversos agricultores afirmaram a realização de arrendamentos sem quaisquer contratos formais, apenas assegurados por acordos verbais.

Nos dizeres de Vilas Boas (2016a; 2017), o cultivo do café local é pautado na monocultura, cuja venda é direcionada, em sua maioria, às cooperativas⁷ atuantes na região,

⁷ Dentre as cooperativas presentes no município de Nepomuceno, destacam-se a Cocatrel (Cooperativa dos Cafeicultores da Zona de Três Pontas), a Capebe (Cooperativa Agropecuária de Boa Esperança), a Coagronep

as quais compram o café dos pequenos agricultores com base na cotação desta *commodity* nas Bolsas de Mercados de Futuros.

O café produzido em Nepomuceno é uma *commodity*, pois é negociado nas Bolsas de Mercados de Futuros, onde as mercadorias são vendidas para um consumo futuro, visto que são comercializadas contendo um prazo fixo para entrega (SCHOUCHANA; MICELI, 2004). Neste contexto, Topik (2003) demonstra que os preços das *commodities* oscilam de acordo com a demanda e a oferta em âmbito global. Sob a égide do capitalismo financeiro, elas se tornam ações, cujos investimentos dependem da análise da conjuntura do mercado e da busca pelo lucro.

Ademais, há profunda dependência de insumos urbano-industriais oriundos das grandes corporações transnacionais e multinacionais, visto que a maioria dos produtos químicos utilizados nas plantações advém dos oligopólios internacionais do setor de defensivos e fertilizantes químicos. Conforme advoga Marx (2011), a produção sempre é um ramo específico do todo produtivo. Portanto, na análise da cafeicultura em Nepomuceno, é necessário considerar suas relações produtivas e econômicas nas mais diversas escalas.

A dependência em relação ao setor empresarial e ao mercado internacional compromete a produção agrícola em Nepomuceno, favorecem a ampliação das monoculturas, as quais reduzem os índices de segurança alimentar, pois diminuem a diversidade de víveres consumidos pela população local (VILAS BOAS, 2017).

Os agrotóxicos, cujos malefícios à saúde humana e ao meio ambiente são denunciados por diversos autores como Porto-Gonçalves (2006; 2012) e Maluf (1998), são utilizados na maioria das lavouras municipais. Para além, as sementes transgênicas, principalmente de milho, possuem amplo uso em escala municipal. Referindo-se ao uso dos pesticidas, os agricultores municipais demonstram conhecimento acerca de seus males. Contudo, afirmam que continuam aplicando estes insumos químicos nas lavouras, pois eles ampliam a produtividade agrícola e, por conseguinte, seus rendimentos. Muitos apontam ainda que sem o uso dos agrotóxicos não seria possível a sobrevivência por intermédio da produção agrícola.

(Cooperativa Agropecuária de Nepomuceno), a Cocanep (Cooperativa dos Cafeicultores de Nepomuceno) e a Cooxupé (Cooperativa Regional de Cafeicultores em Guaxupé Ltda).

Nos últimos anos, a agricultura municipal vivenciou um período de intensificação da mecanização agrícola. Neste âmbito, o trator, a derriçadeira costal manual e a roçadeira costal manual são os maquinários mais aplicados na agropecuária nepomucenense. Esta mecanização elevou a produtividade e substituiu parcela da mão de obra humana pelas máquinas.

Acerca deste mote, Marx (2013) mostra que a maquinaria, ao elevar a produtividade do trabalho, reduz o preço das mercadorias, bem como diminui o tempo de trabalho necessário para o operário assegurar sua subsistência. Destarte, amplia-se a mais-valia, pois o trabalhador fornece mais trabalho gratuito ao capitalista, maximizando seus lucros. Em Nepomuceno, o panorama não é distinto, pois a inserção de máquinas agrícolas elevou a produção total municipal, sobretudo de café. Este acréscimo produtivo não resultou em melhorias diretas ao pequeno produtor agrícola, visto que conforme expõe Costa Neto (1998), os preços agrícolas mantiveram-se praticamente estagnados nos últimos anos.

Milton Santos (2006) afirma que a mais-valia movimenta a economia globalizada, pois os grandes conglomerados e empresas estabelecem diversas artimanhas para manutenção e expansão de suas taxas de lucro, como a compra e a fusão de empresas, a regulação dos preços dos produtos primários, a formação de monopólios e oligopólios, entre outras.

No rol de quarenta agricultores nepomucenenses entrevistados, vinte e oito relataram a efetivação de empréstimos para a aquisição de insumos utilizados na produção, com o intuito de elevarem a produtividade de suas propriedades. Com o ápice do capitalismo financeiro e a acumulação flexível, em consonância aos dizeres de autores como Harvey (2013), há a facilitação do acesso ao crédito e aos empréstimos, bem como a disseminação destes.

No entanto, a oferta de financiamentos agrícolas é uma artimanha arquitetada para expansão do trabalho executado pelos pequenos produtores agrícolas, visto que com a existência das dívidas, terão de alargar sua produção, almejando o pagamento dos juros referentes aos débitos (VERGOPOULOS, 1977; COSTA NETO, 1998). A agricultura moderna, inclusive a familiar, é de viés notadamente capitalista. Vergopoulos (1977) explica que o modo de produção capitalista engendra estratégias em prol da obtenção de lucros, nas quais utiliza a necessidade de subsistência do pequeno agricultor em seu favor. Assim sendo, com a política de estagnação dos preços agrícolas, o camponês é impelido a

produzir mais, visando algum acréscimo nos rendimentos obtidos. Sua carga de trabalho aumenta, assim como sua produção.

Em Nepomuceno, a realidade é bem próxima à discussão efetivada pelos autores. Os agricultores que possuem dívidas relativas aos créditos rurais ou aos financiamentos oferecidos pelo PRONAF (Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar), revelaram o direcionamento de parte do orçamento para a quitação dos empréstimos, prejudicando sua capacidade de reinvestimento, a qualidade da alimentação e dilatando os índices de fome e de insegurança alimentar no município.

Ademais, em Nepomuceno a agricultura possui caráter intensivo, pois como o pequeno proprietário agrícola depende de sua produção para subsistência de seu grupo familiar, ele utiliza intensamente os recursos que possui, dentre os quais, seu trabalho e a terra, a fim de ampliar seus dividendos. Deste modo, pode-se dizer que a monocultura, o uso indiscriminado de agrotóxicos, a intensiva exploração de si mesmo e a extração da mais-valia alheia são algumas das características do cenário agrário nepomucenense, dominado por práticas e relações capitalistas de produção e de trabalho.

AS CONDIÇÕES DE TRABALHO NA COLHEITA DE CAFÉ

Diante desse amplo panorama da produção cafeeira e de sua importância para a região do município de Nepomuceno, cabe ressaltarmos as características do trabalho na lavoura do café. Dentre as atividades que dependem do trato humano envolvidas diretamente na cultura cafeeira estão o plantio, a adubação, pulverização, arruação, higienização do terreiro, o preparo da colheita, a colheita, secagem, esparramação, entre outras. Entretanto, dentre as atividades citadas, aquela que depende de um número maior de trabalhadores e de energia laboral coletiva é a colheita (“panha de café”). Esta é realizada sazonalmente e depende da contratação de mão de obra predominantemente temporária (RIBEIRO, 2014). Apesar de haver uma tendência crescente de mecanização da colheita do café na região, o pesquisador Fábio Silva, Nilson Salvador e Tassiana Pádua apontam que “a colheita do café é uma operação complexa, apresentando várias etapas, e que demanda 30% do custo de produção e 40% da mão-de-obra empregada”. Além disso, afirma que a “elevada demanda de mão-de-obra, que se concentra em um período de 100 dias, tem sido limitante para a exploração da cultura” (SILVA, SALVADOR e PÁDUA; 2001, p. 7).

Dentre as contradições existentes nessa atividade laboral, apontadas por Ribeiro (2014) em sua pesquisa na região de Campo Belo-MG, encontram-se o trabalho predominantemente temporário devido à sazonalidade da colheita, o alto grau de informalidade decorrente do reduzido vínculo empregatício que tornam esses trabalhadores desprovidos dos direitos sociais, inclusive do seguro desemprego no período de entressafra e a remuneração incerta e insuficiente para promover um patamar mínimo de dignidade. Além disso, a pesquisadora aponta o fato de o processo laboral dos apanhadores de café ser prejudicial à saúde dos trabalhadores dado o alto índice de adoecimentos e da grande periculosidade da atividade que geralmente é realizada sem os devidos equipamentos de proteção.

Diante das investigações realizadas sobre as características da produção e do trabalho na cafeicultura de Nepomuceno-MG⁸, percebeu-se, apesar das singularidades, um panorama similar da pesquisa de Ribeiro (2014). Primeiramente, cabe considerar que cerca de 90% dos trabalhadores atuantes na colheita de café são de Nepomuceno, e os outros 10% são de municípios vizinhos, principalmente de Lavras-MG.

Diferentemente do município de Varginha-MG, que é o maior produtor de café do sul de Minas Gerais, segundo a pesquisa *Café: Vida, Produção e Trabalho* (2004), em Nepomuceno não há tanta demanda por fazendas com máquinas de alta tecnologia. A maioria delas são pequenas e médias, com produção familiar. Diante da condição de insegurança financeira em que vivem os pequenos produtores de café, não há investimentos significativos em maquinário robusto para a colheita, embora esse cenário esteja se alterando nos últimos anos com a inserção de pequenos instrumentos, como é o caso da derriçadeira. Dada a concorrência com os médios e grandes produtores, que mecanizam de forma intensiva sua produção e colheita, as formas de subsistência tradicionais dos agricultores familiares estão cada vez mais ameaçadas. Conforme afirma a pesquisa *Café: Vida, Produção e Trabalho*, “no sul de Minas, estima-se que os agricultores familiares sejam responsáveis por 40% da produção do café. Eles estão perdendo espaço pela falta de capacidade de investir”. (COALIZAÇÃO DO CAFÉ, 2004, p. 34).

Em Nepomuceno, as pesquisas demonstraram que 55% dos trabalhadores atuam na lavoura de forma semimecanizada, ou seja, manual com a utilização de roçadeiras,

⁸ Pesquisas realizadas em 2015 e 2016 a partir de financiamentos do PIBIC-JR e da Bolsa de Complementação Educacional (CEFET-MG).

derrigadeiras e motosserras. E os outros 45% trabalham de forma somente manual, sem a utilização de máquinas⁹.

A forma de uso da força de trabalho na cultura de café é caracterizada, predominantemente, pelo assalariamento temporário¹⁰, sazonal e pautado no pagamento por produtividade. O trabalho dos apanhadores de café ocorre normalmente de abril a agosto. Portanto, algumas pessoas optam por realizar outras funções no decorrer do ano. Porém, dado o fato de Nepomuceno ser um município pequeno, não industrial e sustentado principalmente pela produção de café, não há grande oferta de empregos, o que torna constante o sentimento de insegurança financeira para muitos trabalhadores. Nesse sentido, a pesquisa revelou que somente 35% dos trabalhadores realizam outras funções, além da colheita do café. Disseram trabalhar como pedreiros, serventes, funcionários públicos, cabeleireiros e atendentes de comércio. E 65% disseram realizar apenas a colheita do café, o que é um número preocupante de desempregados no período de entressafra. Sobre essa questão, Jeovana Ribeiro aponta:

Hoje, a maioria se desloca da cidade para o campo em busca de trabalho, principalmente, no período de colheita de café, assim como, observamos que para sobreviver no período sazonal os trabalhadores desenvolvem trabalhos precários na cidade e permanecem na condição de superexplorados pelo capital, quando encontram trabalho (RIBEIRO, 2014, p. 148).

Sobre a questão contratual dos apanhadores de café nota-se que, embora nos últimos anos tenha aumentado os contratos formais na colheita do café, consequência da maior fiscalização, a formalização está longe de ser realidade para a totalidade dos trabalhadores. Segundo os dados coletados, cerca de 50% dos trabalhadores atuam sem contratos formais, pautados apenas em acordos verbais com os empregadores ou intermediários.

Além disso, outras formas de exploração dos apanhadores de café podem ser visualizadas a partir das análises da pesquisa *Café: Vida, Produção e Trabalho*, que aponta as práticas desleais:

⁹ Como a maioria das formas de trabalho da região é manual e semimecanizada, não há tantos casos de acidentes com máquinas, embora alguns casos tenham sido relatados.

¹⁰ “O contrato de safra é um contrato de prazo determinado, não podendo ser prorrogado após o término da safra. Pode, entretanto, ser sucedido por outro contrato de trabalho. Ao término de cada contrato, deve ser feita a chamada “rescisão contratual”, com o pagamento das parcelas previstas em lei.” (BRASIL, 2002, p. 19).

do patronato que explora a mão-de-obra assalariada sem registro em carteira de trabalho, paga salários baixos, não oferece transporte seguro e adequado, não oferece alojamentos apropriados para moradia e repouso dos trabalhadores e não oferecem materiais e equipamentos de proteção para o trabalho de risco e insalubre (como é o caso do uso dos agrotóxicos nas lavouras de café) (COALIZAÇÃO DO CAFÉ, 2004, p. 58).

O trabalhador assalariado é pago pela quantidade de “medidas de café¹¹” que colhe no período de safra. “Estes trabalhadores são, em geral, assalariados, pagos por produção e são remunerados diferentemente” (COALIZAÇÃO DO CAFÉ, 2004, p. 34). Predominante na colheita de café da região, o pagamento por produtividade simboliza uma forma de precariedade pelo fato de delegar ao trabalhador a responsabilidade pelo seu rendimento, levando-o a trabalhar até a exaustão para conseguir um bom salário. Ou seja, essa forma de pagamento torna o trabalhador explorador de si mesmo e responsável pelo elevado ou diminuto salário que recebe. Por outro lado, essa forma de pagamento promove a intensificação dos lucros do produtor, pois o trabalhador além de sofrer a exploração exercida pelos fazendeiros, ou pelos *gatos*¹², sofre a pressão colocada por si mesmo para produzir mais.

Como foi discutido anteriormente, há em Nepomuceno o predomínio dos minifúndios, portanto a forma de contratação mais comum da mão de obra ocorre diretamente com o fazendeiro. *Gatos*, capatazes ou outros intermediários são mais presente em médias e grandes propriedades agrícolas, que embora sejam minoria na região, são responsáveis por grande produção de grãos e uso mais intensivo de técnicas mecanizadas de colheita. Nestes casos, os intermediários são responsáveis pela contratação e pela fiscalização do trabalho dos apanhadores de café.

Agravando as condições precárias de trabalho dos apanhadores de café está o fato de o trabalho informal em regime de empreitada não se encontrar sob a proteção do Estatuto do Trabalhador Rural (ETR), principal legislação nacional que ampara os trabalhadores rurais. Desta maneira, esta categoria está desassistida de apoio jurídico-legal, fato que favorece a exploração de sua força de trabalho. Apesar da informalidade, pode-se considerar o trabalho exercido pelos apanhadores de café como uma modalidade de trabalho assalariado, uma vez que sua mão de obra é vendida aos proprietários

¹¹ A “medida de café” padrão equivale a 60 litros e durante a realização das pesquisas o valor pago por medida aos apanhadores variou entre 12 e 15 reais.

¹² Espécies de capatazes, responsáveis por fiscalizar os apanhadores de café, ganham de acordo com a produção desses trabalhadores.

fundiários e sua mais-valia é intensamente extraída durante o labor nos cafezais (GONZALES; BASTOS, 1977).

Uma consequência do trabalho por produtividade é a intensificação do ritmo do trabalho. Sobre o assunto, Pina e Stotz destacam:

De modo sintético, intensificação do trabalho é entendida como uma dimensão social particular da exploração do trabalhador, resultado e processo histórico de obtenção de um maior *quantum* de trabalho por unidade de tempo, que se efetiva pela [exploração da atividade e] expropriação do conhecimento técnico e social do trabalhador no processo de trabalho (PINA; STOTZ, 2014, p. 159).

Nesse sentido, também é importante questionar quão ideológica e falaciosa é a ideia, muito propagada na região, de que na colheita de café – devido ao salário por produtividade – “o bom trabalhador ganha dinheiro”. Esse tipo de pensamento oculta o processo de exploração que beneficia o empregador, pois coloca toda a responsabilidade na suposta qualidade do trabalho do apanhador, dissimulando, por exemplo, o baixo preço pago pela medida de café colhida em comparação com o lucro da saca para o produtor.

A margem salarial obtida a partir do relato dos apanhadores de café é de R\$ 400,00 a R\$ 3.500,00 por mês. Essa amplitude de valores revela que o salário recebido depende totalmente da atuação do trabalhador. A atuação do mesmo está diretamente relacionada ao porte físico, à jovialidade, à destreza e às horas de dedicação. Por outro lado, notou-se que quem ganha salários menores são aqueles que não possuem essas características e não se dedicam integralmente por realizarem outras atividades, como, por exemplo, as mulheres, que comumente possuem obrigações domésticas. Entretanto, mesmo nos casos dos salários mais altos o trabalhador terá esse rendimento por no máximo 4 meses e depois estará sujeito ao desemprego ou, quando tiver sorte, ao subemprego.

A jornada de trabalho se inicia ainda de madrugada, depois de um longo processo de preparação da alimentação, do vestuário e do deslocamento até a lavoura, entretanto esse tempo e essas atividades não são contabilizados para a remuneração. Em relação às horas trabalhadas por dia, os dados coletados na pesquisa revelam que 70% dos apanhadores de café trabalham cerca de 8 horas por dia, e os outros 30% trabalham abaixo de 8 horas por dia, entre 6 e 7 horas. A maioria desses 30% são mulheres. Provavelmente, esse fato ocorre porque muitas delas possuem outros afazeres domésticos, como cuidar dos filhos e da casa.

TRABALHO E SAÚDE DOS APANHADORES DE CAFÉ

A questão da informalidade, ainda muito presente na região, traz impactos prejudiciais à saúde do trabalhador. Conforme relatam Santo e Freitas na pesquisa *A saúde do trabalho e trabalhador em tempos de precarização do trabalho*:

O trabalhador informal não tem direito aos benefícios e garantias concedidas ao trabalhador formal, tais como o seguro desemprego, licenças remuneradas, planos assistenciais, entre outros, suportam por conta própria os custos, desgastes, conflitos entre outros elementos envolvidos no processo de produção de seu trabalho realizado mediante labor com longas jornadas, baixos rendimentos, interferências climáticas, fiscalizações entre outros. Outro aspecto referente à desproteção do trabalhador informal está intimamente ligado à regulamentação destas atividades. A inoperância política, legislativa e administrativa neste sentido gera inúmeros conflitos e elementos estressores que impactam diretamente na saúde deste indivíduo de uma forma abrangente, por ser um instrumento de reprodução da desigualdade, posto que vulnerabiliza os trabalhadores de rua (SANTO; FREITAS, 2009, 166).

Esse fato denota a vulnerabilidade dos trabalhadores que não possuem carteira assinada, pois somente trabalhadores que possuem vínculo empregatício e contribuem para a previdência social, têm o direito ao pagamento em caso de acidentes no trabalho e, portanto, possuem mais segurança e melhores condições de vida e saúde. Como afirma a psicóloga Joseane Lima na pesquisa *Distúrbios do sono, sintomas de ansiedade e de depressão e qualidade de vida em trabalhadores rurais em período de entressafra cafeeira*, “os trabalhadores rurais detentores de trabalho fixo estão menos expostos aos sintomas de ansiedade e depressão - acompanhados de distúrbios do sono - que os trabalhadores safristas”. (LIMA, 2010, p. 372).

De acordo com Cohn, Karsch e Sato no estudo *Acidentes de trabalho: uma forma de violência*, existe relação entre os acidentes de trabalho e a exclusão social, pois estes acidentes podem causar incapacidades permanentes, levando o trabalhador rural, no caso o apanhador de café, à miséria, “ao estatuto de inválido e, portando, de força de trabalho sucateada no mercado” (COHN, KARSCH, SATO; 1985, p. 12). Além disso, está mais vulnerável ao desemprego, aos baixos salários e, conseqüentemente, à exclusão sociolaboral que lhe impõe condição de insegurança financeira e de inacessibilidade aos direitos sociais.

Conforme analisamos, além de muitos trabalhadores serem contratados verbalmente, sem contratos de trabalho formais, predomina na colheita de café o pagamento por produtividade. Essa forma de retribuição financeira está relacionada à

intensificação do ritmo do trabalho que, conseqüentemente, está associada a problemas de saúde. De acordo com a pesquisa *Condições de Trabalho do Trabalhador rural e sua Interface com o risco de adoecimento*, estas formas de pagamento e trabalho trazem aos trabalhadores grandes prejuízos à sua saúde, como desgaste físico e mental, que podem levar à depressão, dores no corpo, especialmente na coluna vertebral, fadigas, câncer de pele, náuseas, taquicardias, vertigens, entre muitos outros prejuízos (MENEGAT; FONTANA, 2010, p. 52-59). Sobre a correlação entre pagamento por produtividade e problemas de saúde na colheita da cana de açúcar, Pina e Stotz (2014, p. 153) apontam:

No corte mecanizado da cana-de-açúcar, segundo Scopinho et al. (1999), o intenso ritmo de trabalho e as longas jornadas aparecem combinados ao trabalho noturno e em turno de revezamento associados às queixas de doenças relacionadas ao sistema cardiovascular e gastrointestinal, como também aos acidentes de trabalho de maior gravidade. No corte manual, o pagamento por produção está na determinação das mortes por excesso de trabalho dos cortadores de cana do Complexo Agroindustrial Canavieiro (ALVES, 2006).

Em 2016 os 20 apanhadores de café entrevistados relataram particularidades sobre o tempo de trabalho dedicado à atividade. Neste contexto, todos os sujeitos pesquisados trabalhavam em pequenas ou médias propriedades agrícolas. Foram entrevistadas pessoas de todas as idades, dentre elas, 25% disseram que trabalham há cerca de 6 anos na lavoura, 30% há cerca de 15 anos, 20% há cerca de 30 anos, 20% há cerca de 45 anos e 5% há cerca de 75 anos. O trabalhador que mais tempo dedicou-se à colheita de café foi um senhor de 80 anos. Ele relatou ter começado a trabalhar na lavoura ainda quando criança, e devido à constante exposição ao sol, sem a utilização de nenhuma proteção, adquiriu câncer de pele.

Nesse sentido, um fator de suma importância para a preservação da saúde e prevenção contra acidentes e doenças, é a utilização correta dos equipamentos de proteção individual (EPIs). Questionados sobre a utilização de EPIs, 65% dos apanhadores de café disseram não utilizar nenhum tipo de EPI, 25% disseram utilizar botas, luvas e capacetes, 5% protetores auriculares, óculos e capacetes, e os outros 5% máscaras, óculos, luvas e botas. Esses dados são alarmantes, pois a não utilização ou o uso incorreto desses aparatos implica em diretamente em riscos à saúde e ao bem-estar do trabalhador. Deste modo, a pesquisa *Café: Vida, Produção e Trabalho* aponta que “a não disponibilização e o uso de Equipamentos de Proteção Individual (EPI) é um dos fatores que afetam negativamente as condições de trabalho e, por conseguinte, de vida dos trabalhadores do café.” (COALIZAÇÃO DO CAFÉ, 2004, p. 36-37).

De acordo com os dados coletados, os EPIs não são corretamente utilizados devido à jornada árdua e a incerteza de boa colheita. Muitos trabalhadores criticam a falta de conforto e o fato de os equipamentos atrapalharem o desempenho da colheita. Além disso, mesmo sendo legalmente indispensável e de responsabilidade do empregador, foi relatado que são poucos os fazendeiros que disponibilizam equipamentos aos trabalhadores.

Assim, notou-se que maioria dos apanhadores de café não utiliza corretamente os equipamentos de proteção individual durante a jornada de trabalho, submetendo-se a inúmeros riscos. Em outras etapas produtivas a utilização incorreta de EPIs trazem sérios riscos no processo de manuseio e aplicação de produtos químicos, como os pesticidas. Durante a pesquisa, alguns pequenos produtores noticiaram casos de intoxicação pelo contato com os agrotóxicos, os quais resultaram em internações hospitalares.

Dadas as características exaustivas da atividade e o fato de a maioria dos trabalhadores não utilizarem devidamente os equipamentos de proteção é comum a busca por atendimento nas unidades públicas de saúde. Dentre os motivos desta busca, diretamente relacionados à atividade dos apanhadores de café, estão gripes, enjoos e diarreias. Há também muitos casos de acidentes, como picadas de animais peçonhentos (aranhas, cobras, escorpiões) e intoxicações (devido ao uso de agrotóxicos). Entretanto, nenhuma doença ou acidente é tão frequente quanto a chamada “estocada”. A estocada é um termo criado pelos apanhadores de café para definir quando algo perfura a pele ou algum membro do corpo, como a entrada de farpas nas unhas ou galhos nos olhos. Desta forma, pode-se dizer que estocada é a entrada de objetos pontiagudos, como farpas, em algum membro do corpo, podendo promover escoriações ou perfurar a pele, ou seja, podendo ferir gravemente. A estocada é consequência da colheita manual e semimanual, predominante no município, pois obriga o trabalhador a adentrar na planta para retirar os grãos de café de seus galhos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nepomuceno é um dos municípios que mais produzem café no país e sua produção está concentrada, predominantemente, em pequenas e médias propriedades. Apesar disso, notou-se a articulação de elementos e agentes econômicos que inserem a cafeicultura local

na lógica da produção capitalista globalizada. Nesse sentido, o produtor e o trabalhador rural são reféns das oscilações do mercado, no que concerne, por exemplo, ao preço da saca de café, dos insumos agrícolas, dos financiamentos e subsídios agrários e dos serviços prestados pelas cooperativas. Sem profunda objetividade, o salário pago ao trabalhador rural reflete as condições com que as variações econômicas mais amplas atingem o produtor. Portanto, a questão agrária nepomucenense revela, a partir de suas singularidades, características essenciais do uso da terra como meio de produção pautado em técnicas, administração, dependência de intermediários e exploração da mão de obra, a fim de obter relevante produtividade e lucratividade.

As características da questão agrária do município refletem na atividade dos apanhadores de café e expressam a particularidade do conflito capital-trabalho. A forma de uso da força de trabalho é caracterizada, predominantemente, pelo assalariamento, temporário e sazonal e, conseqüentemente, as condições laborais na colheita de café revelam a precariedade em que vivem muitos trabalhadores. Essa precariedade é fruto da informalidade, intermitência, insegurança laboral/financeira, condições de trabalho, salário por produtividade, entre outros fatores. A sazonalidade da colheita impõe uma lógica instável de vida e de trabalho que é pautada em períodos de emprego (e/ou subemprego) e períodos de desemprego, na maioria dos casos desassistidos de seguridade social.

A precariedade também se revela ao analisar a interface trabalho e saúde. São evidentes as características insalubres e de periculosidade do trabalho realizado pelos apanhadores de café, que se agravam, conseqüentemente, pela não utilização e pelo uso incorreto dos equipamentos de proteção individual (EPIs), tanto nas pequenas, quanto nas médias propriedades rurais. A utilização indevida dos EPIs ocorre devido ao desconhecimento dos trabalhadores com relação aos procedimentos corretos de uso. Neste contexto, alguns safristas afirmaram não empregarem os EPIs em virtude do desconforto causado por alguns equipamentos durante a jornada de trabalho.

As condições insalubres podem ser visualizadas na exposição constante ao sol e aos agrotóxicos, na realização de movimentos repetitivos, esforços corporais inadequados, riscos ergonômicos, ansiedade, depressão, distúrbios do sono, entre outros malefícios presentes nas jornadas de trabalho. E a periculosidade é expressa nos acidentes com ferramentas/maquinário, animais peçonhentos, intoxicação, estocada, entre outros.

Assim, ao analisar as características e contradições da questão agrária, do trabalho e da interface trabalho e saúde dos apanhadores de café de Nepomuceno-MG, esta investigação objetivou refletir e dar visibilidade às questões vivenciadas cotidianamente, mas pouco divulgadas e debatidas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BRASIL. Ministério do Trabalho e Emprego (MTE). **Contrato de safra: manual**. Brasília: MTE/ SIT, 2002. Disponível em: < <http://legistrab.com.br/files/Manuais/Contrato-de-safra-Manual-2002.pdf>> acesso 18 de ago. 2017.
- COALIZAÇÃO DO CAFÉ. (Org) **Café: Vida, Produção e Trabalho** – Agricultores Familiares e Assalariados Rurais. Florianópolis: Instituto Observatório Social, 2004.
- COHN, Amélia. ; KARSCH, Úrsula S. ; HIRANO, Sedi. ; SATO, Ademar K. **Acidentes de trabalho: uma forma de violência**. São Paulo: Editora Brasiliense/CEDEC, 1985.
- COMPANHIA NACIONAL DE ABASTECIMENTO. **Acompanhamento da Safra Brasileira: Café**. Safra 2015 - Primeiro Levantamento. v. 1, n. 3. Brasília: CONAB, 2015.
- COSTA NETO, Canrobert. Agricultura familiar e renda da terra. **Estudos Sociedade e Agricultura**, Rio de Janeiro, n. 10, 1998, p. 118-134.
- COULIS, Jonathan. E. **Rooted in Coffee – Deregulation, Economic Crisis and Restructuring Power in the Brazilian Coffee Sector: How Small-Scale Coffee Producers Responded to the Coffee Crisis in Sul de Minas**. Dissertação (Mestrado). Departamento de História. Universidade de Guelph, Ontario, Canadá. 2011.
- DELFIN NETTO, Antônio. **O problema do café no Brasil**. 3ª Edição. São Paulo: Editora UNESP, 2009.
- FREIRE, Adriano Higino. ; REIS, Ricardo Pereira. ; LIMA, Danielle Pedretti Moraes. ; FONTES, Renato Elias. Eficiência econômica da cafeicultura no Sul de Minas Gerais. **Organizações Rurais & Agroindustriais**, Lavras, v. 14, n. 1, 2012, p. 60-75.
- GONZALES, Elbio N.; BASTOS, Maria Inês. O Trabalho Volante na Agricultura Brasileira. In: **Capital e Trabalho no Campo**. PINKSY, Jaime (Org.). São Paulo: Editora Hucitec, 1977, p. 25-47.
- HARVEY, David. **Os Limites do Capital**. Tradução: Magda Lopes. São Paulo: Editora Boitempo, 2013.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Sinopse do Censo Demográfico de 2010**. Rio de Janeiro, 2011.

_____. **Produção Agrícola Municipal – Culturas temporárias e permanentes**. v. 40. Rio de Janeiro, 2013, p. 1-102. Disponível em: <http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/66/pam_2013_v40_br.pdf>. Acesso em 08 nov. 2015.

LACOSTE, Yves. A Pesquisa e o Trabalho de Campo: Um Problema Político para os Pesquisadores, Estudantes e Cidadãos. **Boletim Paulista de Geografia**, São Paulo, n. 84. 2006, p. 77-92.

LIMA, Joseane Mendonça Monteiro. **Distúrbios do sono, sintomas de ansiedade e de depressão e qualidade de vida em trabalhadores rurais em período de entressafra cafeeira**. Dissertação (Mestrado em Neurologia). Faculdade de Medicina, Universidade de São Paulo, São Paulo. São Paulo, 2010.

MALUF, Renato S. Diversidad, Desigualdades y la Cuestión Alimentaria. **Scripta Nova**, Barcelona, n. 25, 1998. Disponível em: <<http://www.ub.edu/geocrit/sn-25.htm>>. Acesso em: 12 mar. 2016.

MARX, KARL. **Grundrisse**: manuscritos econômicos de 1857-1858: esboços da crítica da economia política. Tradução: Mario Duayer, Nélio Schneider, Alice Helga Werner e Rudiger Hoffman. Rio de Janeiro: Editora Boitempo/Editora da UFRJ, 2011.

_____. Maquinaria e Grande Indústria. In: ANTUNES, Ricardo (Org.). **A Dialética do Trabalho II – Escritos de Marx e Engels**. 1ª Edição. São Paulo: Editora Expressão Popular, 2013, p. 67-156.

MENEGAT, Robriane Prosdocimi. ; FONTANA, Rosane Teresinha. Condições do trabalhador rural e sua interface com o risco de adoecimento. **Revista Ciência, Cuidado e Saúde**, Maringá, v.9, n.1, 2010, p. 52-59.

MINAS GERAIS. Secretaria de Estado de Agricultura, Pecuária e Abastecimento de Minas Gerais – Subsecretaria do Agronegócio. **Perfil do agronegócio mineiro**. Belo Horizonte, 2014.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO. **Extrato DAP - Município de Nepomuceno - Ano 2017**. MDA/SEAD, 2017.

NAÇÃO BRASILEIRA. Ano III – n. 19. **Nepomuceno**. Rio de Janeiro, 1925.

- NOVAES, Roberta Brandão. **Gente de fora: vida e trabalho dos assalariados do café em uma região de Minas Gerais.** 1ª Edição. Rio de Janeiro: E-papers (Coleção Sociedade e Economia do Agronegócio), 2011.
- OLIVEIRA, Maria Marly de. **Como fazer pesquisa qualitativa.** 4ª Edição. Petrópolis: Editora Vozes, 2012.
- ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO CAFÉ. **Relatório sobre o mercado de café** – agosto 2015. 2015. Disponível em: <http://consorciopesquisacafe.com.br/arquivos/consorcio/publicacoes_tecnicas/Relatorio_sobre_mercado_de_Cafe_Agosto_2015.pdf>. Acesso em 17 ago. 2017.
- PINA, José Augusto; STOTZ, Eduardo Navarro. Intensificação do trabalho e saúde do trabalhador: uma abordagem teórica. **Revista Brasileira de Saúde Ocupacional**, São Paulo, v.39, n.130, 2014, p. 150-160.
- PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. **A Globalização da Natureza e a Natureza da Globalização.** Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 2006.
- _____. **O Desafio Ambiental.** 3ª Edição. Rio de Janeiro: Editora Record, 2012.
- PREFEITURA MUNICIPAL DE NEPOMUCENO. **Estatística do Município de Nepomuceno - 1918.** 1918.
- RIBEIRO, Jeovana Nunes. **O trabalho rural e a sazonalidade do café: um estudo sobre assalariados do município de Campo Belo–MG.** Tese (Doutorado em Serviço Social). Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Faculdade de Ciências Humanas e Sociais. Franca, 2014.
- SANTO, Eniel do Espírito. ; FREITAS, Fábيا Quele Barbosa de Freitas. A saúde do trabalho e trabalhador em tempos de precarização do trabalho. **Revista Intersaberes**, Curitiba, v. 4, n. 8, 2009, p. 150-169.
- SANTOS, Milton. **A Natureza do Espaço: Técnica e Tempo. Razão e Emoção.** 4ª Edição. 2ª Reimpressão. São Paulo: EdUSP (Editora da USP), 2006.
- SCHOUCHANA, Félix. ; MICELI, Wilson. Motta. **Introdução aos mercados futuros e de opções agropecuários no Brasil.** 3ª Edição. São Paulo: BM&F, 2004.
- SILVA, Fábio Moreira da. ; SALVADOR, Nilson. ; PÁDUA, Tassiana de Souza. **Café: Mecanização da Colheita.** Viçosa: UFV. Disponível em: <http://www.sbicafe.ufv.br/bitstream/handle/123456789/528/166699_Art13f.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 16 nov. 2017. 2001.

SINDICATO DA INDÚSTRIA DE CAFÉ DO ESTADO DE MINAS GERAIS. **Tipos de Café**. Disponível em: <<http://sindicafe-mg.com.br/tipos-de-cafe>> Acesso em: 17 ago. 2017. 2017.

TOPIK, Steven. The integration of the world coffee market. In: CLARENCE-SMITH, William G.; TOPIK, Steven (Org.). **The global coffee economy in Africa, Asia and Latin America – 1500-1989**. Nova York: Cambridge University Press, 2003, p. 21-49.

TRIVIÑOS, Augusto Nivaldo Silva. **Introdução à Pesquisa em Ciências Sociais – A Pesquisa Qualitativa em Educação**. 4ª Edição. São Paulo: Editora Atlas, 1995.

VERGOPOULOS, Kostas. Capitalismo disforme (O caso da agricultura no capitalismo). In: AMIN, Samir; VERGOPOULOS, Kostas. **A Questão Agrária e O Capitalismo**. Tradução: Beatriz Resende. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1977, p. 43-179.

VILAS BOAS, Lucas Guedes. **Segurança Alimentar e Relações Capitalistas no Campo e na Cidade: O Exemplo de Nepomuceno – MG**. Dissertação (Mestrado em Geografia). Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Federal de Juiz de Fora. Juiz de Fora 2016a.

_____. Renda da Terra Agrícola em Nepomuceno-MG. **Sociedade e Território**, Natal. v. 28, n. 01. 2016b, p. 48-69.

_____. Segurança Alimentar no Campo e na Cidade em Nepomuceno-MG. **Revista Tamoios**, São Gonçalo. v. 13, n. 01. 2017, p. 50-71.

WATSON, Kelly; ACHINELLI, Moira Laura. Context and contingency: the coffee crisis for conventional small-scale coffee farmers in Brazil. **The Geographical Journal**, Royal Geographical Society, v. 174, n. 03. 2008, p. 223-234.

Submetido em: 14 de setembro de 2017

Aceito em: 10 de janeiro de 2018